



O LEGADO ANCESTRAL DOS POVOS INDÍGENAS DO ACRE E DA CIDADE DE TARAUCÁ NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL: UM PANORAMA DA HISTÓRIA, RESISTÊNCIA, PROTAGONISMO E CONTEXTO ATUAL

INDIGENOUS PEOPLES OF ACRE AND THE CITY OF TARAUCÁ AND THE ANCESTRAL LEGACY IN THE SOUTHWESTERN AMAZON: AN OVERVIEW OF HISTORY, RESISTANCE, LEADERSHIP, AND THE CURRENT CONTEXT

DOI: 10.5281/zenodo.19749520



Tayson Ribeiro Teles¹
Maria da Glória Tavares de Lima²
Antônio Jairo Lima da Silva³
Eldo Borges da Silva Neto⁴

RESUMO

O artigo analisa a trajetória histórica, a organização sociocultural, os processos de resistência e o contexto contemporâneo dos povos indígenas do Acre, com ênfase especial no município de Tarauacá. O estudo discute a presença milenar dos povos originários, os impactos da colonização, os ciclos econômicos da borracha, as políticas indigenistas, os conflitos territoriais e os desafios atuais relacionados à saúde, educação, demarcação de terras e preservação cultural. Por meio de revisão bibliográfica, documental e estatística, análise de dados demográficos e socioeconômicos oficiais e cobertura jornalística recente, demonstra-se como as etnias dos troncos Pano, Aruak e outras que

1 Doutor em Letras/Educação pela UFAC. Professor EBTT de Economia no Instituto Federal do Acre – IFAC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3272508883742018>

2 Especialista em Psicopedagogia. Pedagoga. Pesquisadora do Grupo NUPEGEN - Acre do IFAC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0697432850689539>

3 Acadêmico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Agronegócio do IFAC/Campus Tarauacá. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5624753950327879>

4 Técnico em Administração formado pelo IFAC (2025). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0027231605211905>





habitam a região resistiram a séculos de violência colonial, cicatrizaram feridas históricas e hoje lideram movimentos de defesa territorial, revitalização linguística e gestão ambiental. Utilizam-se dados do IBGE, IPEA, Atlas do Desenvolvimento Humano, Acre em Números (SEPLAN-AC) e relatórios oficiais, além de notícias recentes sobre violações de direitos e avanços institucionais. O texto valoriza o protagonismo indígena, denuncia as ameaças atuais e reforça a necessidade de políticas públicas antirracistas, educacionais e fundiárias alinhadas à Constituição de 1988 e à Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007). O estudo conclui que os povos indígenas do Acre permanecem como protagonistas na defesa da floresta, na manutenção de saberes tradicionais e na luta por direitos fundamentais, apesar das pressões históricas e contemporâneas.

Palavras-chave: Povos indígenas; Acre; Tarauacá; História indígena; Amazônia.

ABSTRACT

The article analyzes the historical trajectory, the sociocultural organization, the processes of resistance, and the contemporary context of the indigenous peoples of Acre, with a special focus on the municipality of Tarauacá. The study discusses the millennia-old presence of indigenous peoples, the impacts of colonization, the rubber economic cycles, indigenous policies, territorial conflicts, and current challenges related to health, education, land demarcation, and cultural preservation. Through a review of the literature, documents, and statistics, analysis of official demographic and socioeconomic data, and recent journalistic coverage, the study demonstrates how the ethnic groups of the Pano, Aruak, and other lineages inhabiting the region have resisted centuries of colonial violence, healed historical wounds, and today lead movements for territorial defense, linguistic revitalization, and environmental management. Data from the IBGE, IPEA, the Human Development Atlas, Acre in Numbers (SEPLAN-AC), and official reports are used, in addition to recent news on rights violations and institutional advances. The text highlights Indigenous leadership, denounces current threats, and reinforces the need for anti-racist, educational, and land policies aligned with the 1988 Constitution and the UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples (2007). The study concludes that the indigenous peoples of Acre remain key players in the defense of the forest, the preservation of traditional knowledge, and the struggle for fundamental rights, despite historical and contemporary pressures.

Keywords: Indigenous peoples; Acre; Tarauacá; Indigenous history; Amazon.

1. INTRODUÇÃO

Os povos indígenas brasileiros são os povos originários desta nação. Desde o início de tudo (seja qual for), estiveram, estavam e estão aqui. Sofreram muitas explorações, humilhações, exclusões, violações e abusos. Foram chamados de índios, de coisas, de objetos. Apenas em 2022 houve, no Brasil, a aprovação da Lei Federal n. 14.402/2022, que,





revogando o Decreto-lei 5.540/1943, mudou o nome do dia 19 de abril de “Dia do índio” para “Dia dos Povos Indígenas”, a fim de ressaltar a pluralidade desses povos. Eles são uma riqueza e um patrimônio cultural para o Brasil.

Existem mais de 305 línguas indígenas em nossa nação. Todos os direitos conquistados ou reafirmados pelos/para os povos indígenas não são favores da sociedade e do Estado. São obviedades. Eles deveriam sempre existir. A Convenção 169 da OIT, a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007, o Decreto n. 36.098/1954 (Convenção Indigenista Interamericana), as partes decentes da Lei Federal n. 6.001/1973 (Estatuto do Índio), a Lei Federal n. 5.371/1967 (Funai), os Arts. 231 e 232 e §2º do Art. 210 da CF/88, os Arts. 78 e 79 da LDB (Lei Federal n. 9.394/1996), o §6º do Art. 28 do ECA (Lei Federal n. 8.089/1990), Arts. 19-A a 19-H da Lei Federal n. 9.836/1999 (Saúde Indígena), o Decreto n. 6.861/2009 (Educação Escolar Indígena), o Decreto n. 12.373/2025 (Funai), o Decreto n. 11.509/2023 (Política Indigenista), o Decreto n. 7.747/2012 (Gestão Territorial Indígena), o Decreto n. 11.707/2023 (Promoção Social Indígena), o Decreto n. 11.511/2023 (Tráfico de Drogas e Povos Indígenas), Decreto n. 11.512/2023 (Gestão Ambiental Indígena), Decreto n. 11.839/2023 (Cota Indígenas concursos Funai), a Lei Federal n. 14.723/2023 (Cotas Indígenas Universidades), a Lei Federal n. 10.558/2002 (Acesso de Indígenas à Universidades), a Lei Federal n. 11.696/2008 (Dia Nacional de Luta dos Povos Indígenas), a Lei Federal n. 14.701/2023 (Demarcação e Gestão de Terras Indígenas) e tantas outras normas não são consectários do acaso, mas sim frutos de muitas batalhas.

Os indígenas do norte brasileiro, das Amazônias fazem parte dessas lides, dessas conquistas, dessas vitórias. A Amazônia Sul-Occidental brasileira constitui um dos mais complexos mosaicos socioculturais do planeta terra. No estado do Acre, essa diversidade se expressa de forma particularmente intensa, com a presença de povos indígenas pertencentes a troncos linguísticos distintos, sobretudo Pano e Aruak, que habitam a região há milhares de anos. No município de Tarauacá, essa presença é ainda mais pulsante, sendo o território reconhecido como um dos mais densos em diversidade étnica do país. O Acre é uma das regiões mais emblemáticas da diversidade étnica brasileira. Sua formação histórica está





profundamente vinculada à presença milenar de povos indígenas, que antecedem em milhares de anos a ocupação não indígena.

No município de Tarauacá, essa presença se manifesta de forma concreta através de povos como os Huni Kuin (Kaxinawá), Yawanawá e Ashaninka, cujas trajetórias expressam resistência, adaptação e protagonismo sociopolítico. A história da população indígena do Acre é marcada por uma trajetória de resiliência frente aos desafios impostos pela colonização, pelo ciclo da borracha e, mais recentemente, pelas pressões contemporâneas sobre seus territórios. O estado do Acre, situado no extremo oeste da Amazônia brasileira, abriga uma rica diversidade étnica e cultural, sendo o lar de 80 etnias indígenas, segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os municípios acreanos, Tarauacá se destaca não apenas por sua história centenária, mas também por ser um dos principais redutos da presença indígena no estado.

Há uma lacuna significativa na produção acadêmica sobre essas populações, especialmente em escala municipal, o que reforça a relevância deste estudo. A Amazônia Sul-ocidental brasileira, e em particular o estado do Acre, é um mosaico de florestas, rios e saberes moldado há milênios pela presença contínua de povos originários. Tarauacá, município banhado pelo rio homônimo e localizado no coração da região, abriga comunidades indígenas cujas histórias foram frequentemente silenciadas ou romantizadas nas narrativas hegemônicas. Este artigo, alinhado ao projeto de pesquisa “Diversidade na Amazônia Sul-Occidental Brasileiro-Acreana”, tem como objetivo reconstruir e valorizar a trajetória indígena local, cruzando dados oficiais, produção acadêmica e relatos de resistência, para evidenciar que os povos indígenas do Acre e de Tarauacá não são relíquias do passado, mas sujeitos políticos contemporâneos que sustentam a biodiversidade e a pluralidade cultural amazônica.

A história do Acre é indissociável da presença milenar de seus povos originários. Em Tarauacá, essa diversidade manifesta-se na coexistência dos Huni Kuin (Kaxinawá), Yawanawá e Ashaninka. Este artigo analisa a trajetória desses grupos, desde o impacto traumático das “correrias” e do extrativismo da borracha até a atualidade, marcada pela luta pela soberania territorial e valorização cultural. Os povos de língua Pano (como os Huni





Kuin) e Aruak (Ashaninka) possuem cosmologias complexas que foram severamente impactadas pelo contato com a sociedade não-indígena. No final do século XIX e início do XX, o avanço das frentes extrativistas promoveu massacres e a escravização de indígenas nos seringais. Desde aquela época, conforme propõe Manuela Carneiro da Cunha, esses povos não são sujeitos passivos; eles utilizam a cultura como ferramenta de agenciamento político e resistência.

A presença indígena na bacia do rio Tarauacá remonta a milhares de anos, com sítios arqueológicos e petróglifos que atestam sociedades complexas, sistemas agroflorestais e redes de troca interétnicas. A partir do século XIX, o ciclo da borracha transformou a região em fronteira de extração, atraindo seringueiros nordestinos e desencadeando processos violentos de desterritorialização, trabalho compulsório e epidemias. Grupos como os Ashaninka, Yawanawá, Kaxinawá (Huni Kuin), Katukina, Shanenawa e outros enfrentaram massacres, redução populacional e deslocamentos forçados. Apesar da violência, a resistência se manifestou por meio da manutenção de cosmovisões, da organização em aldeias refúgio, do conhecimento fitoterápico e da adaptação criativa aos novos cenários. A criação da FUNAI (1967) e, posteriormente, os processos de demarcação a partir dos anos 1980 e 1990, impulsionados pela Constituição Cidadã (1988), abriram caminhos para a regularização de terras indígenas (TIs). Em Tarauacá e municípios vizinhos, a luta pela homologação de territórios foi liderada por organizações como a APIWTAC (Associação dos Povos Indígenas do Vale do Juruá, Tarauacá e Acre) e a CITA (Comissão Indígena do Acre), que articularam demandas locais em arenas nacionais e internacionais.

Antes da colonização, a região era ocupada por diversos grupos linguísticos, especialmente das famílias Pano e Aruak. Esses povos desenvolveram sistemas complexos de organização social, economia baseada no extrativismo sustentável e cosmologias sofisticadas. A partir do final do século XIX, com o ciclo da borracha, ocorre uma ruptura violenta com a expansão dos seringais, aumento da escravização indígena e massacres e deslocamentos forçados. Esse processo está diretamente ligado à incorporação do Acre ao Brasil após o Tratado de Petrópolis (1903). Nesse contexto todo, “devemos lembrar que esses povos não





estão mortos no passado brasileiro. Estão vivos, se (re)construindo todos os dias — etnogênese, evoluindo, erigindo cultura e saberes” (Teles, 2018, p. 294). Essa afirmação sintetiza a perspectiva adotada neste estudo, que é compreender os povos indígenas não como resquícios de um passado remoto, mas como sujeitos históricos ativos, que constroem e reconstróem suas identidades, territórios e formas de existência diante das pressões externas.

2. O LEGADO ANCESTRAL E A HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS DE TARAUCÁ-ACRE

Para compreender a realidade atual dos povos originários do Acre, é fundamental revisitar a periodização histórica estabelecida pelos próprios movimentos indígenas em parceria com a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-AC). Essa história é dividida em cinco tempos distintos: o Tempo das Malocas, o Tempo das Correrias, o Tempo do Cativo, o Tempo dos Direitos e o Tempo da História do Presente (Lima, 2024). O "Tempo das Correrias", ocorrido entre o final do século XIX e o início do século XX, coincidiu com o ápice do Primeiro Ciclo da Borracha. Nesse período, a chegada massiva de seringueiros brasileiros (principalmente nordestinos) e caucheiros peruanos resultou em violentos conflitos. As "correrias" foram expedições punitivas organizadas pelos patrões dos seringais com o objetivo de expulsar ou exterminar os indígenas que "atrapalhavam" a extração do látex. Muitos povos foram dizimados por armas de fogo e doenças desconhecidas, enquanto os sobreviventes foram frequentemente escravizados e incorporados compulsoriamente à economia gomífera, marcando o início do "Tempo do Cativo".

Por outro lado, o "Tempo da História do Presente" é marcado pelo protagonismo indígena na formulação de políticas públicas. A criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (Sepi) pelo governo do Acre representa um marco institucional importante. A Sepi tem atuado na articulação de ações para monitoramento e segurança em terras indígenas, bem como na promoção de políticas afirmativas (Lima, 2024).





Em Tarauacá, município fundado oficialmente em 1913 na confluência dos rios Muru e Tarauacá, a dinâmica não foi diferente. A região foi intensamente explorada para a extração de borracha, impactando diretamente as populações indígenas locais, majoritariamente das etnias Huni Kuin (Kaxinawá) e Jaminawa, pertencentes à família linguística pano (GGN, 2013). Hoje, entre os principais povos da região de Tarauacá estão os Huni Kuin (Kaxinawá), os Yawanawá e os Ashaninka. Aqueles são um dos maiores povos indígenas do Acre, com forte tradição espiritual (*nixi pae / ayahuasca*) e organização comunitária estruturada. Estes têm um destaque na revitalização cultural e uma forte atuação política e ambiental. Esses últimos são referência internacional em defesa territorial e com larga experiência avançada de gestão sustentável. Todos esses povos habitam Terras Indígenas em sua maioria demarcadas, mas enfrentam pressões constantes. A ocupação indígena no Acre antecede em milhares de anos a chegada dos colonizadores europeus. Pesquisas arqueológicas identificam sítios com mais de 3.000 anos, além dos famosos geoglifos, estruturas geométricas gigantes que revelam sociedades complexas e organizadas.

Vejamos a presença indígena na história do Acre e de Tarauacá:

Imagem 1 - Kaxinawás em Transwaal, no rio Jordão, afluente do rio Tarauacá, em 1924



Fonte: Foto Blog do Netuno / <https://estadodoacre.com.br/2017/04/tarauaca-104-anos-de-um-bela-historia/>

Segundo Carneiro da Cunha (2009), a Amazônia nunca foi um “vazio demográfico”, mas sim um território densamente habitado por povos com sistemas sofisticados de manejo ambiental, agricultura e organização social. No Acre, destacam-se dois grandes troncos



linguísticos: Tronco Pano (Huni Kuin/Kaxinawá, Yawanawá, Shanenawa, Katukina, Nukini e Jaminawa) e Tronco Aruak (Ashaninka e Poyanawa). Esses povos possuem cosmologias próprias, sistemas de cura, rituais, cantos, grafismos e modos de vida profundamente conectados à floresta. Lux Vidal (1997) destaca que os povos Pano, em especial, possuem uma rica tradição de grafismos corporais e rituais de cura com o uso de plantas sagradas, como o *nixi pae* (*ayahuasca*).

A história indígena no Acre é marcada por violência, escravização e expulsão territorial, especialmente durante os ciclos da borracha (final do século XIX e início do XX). O avanço dos seringalistas provocou genocídios, escravização por dívida, deslocamentos forçados, destruição de aldeias e epidemias. O historiador José Ribamar Bessa Freire (2015) descreve esse período como um dos mais violentos da história amazônica. Em Tarauacá, seringais como Caucho, Gregório, Envira e Muru foram instalados sobre territórios indígenas, gerando conflitos que duraram décadas. A partir da década de 1970, com o fortalecimento do movimento indígena brasileiro, os povos do Acre iniciaram um processo intenso de reivindicação territorial. Hoje os povos indígenas do Acre estão ocupando lugares de reconhecimento, lugares de poder, de possibilidade de ação em benefício de seus povos.

Vejamos notícia que serve de exemplo das conquistas e das lutas indígenas:

Figura 1 – Prefeito Indígena no Acre



Fonte: <https://g1.globo.com/ac/cruzeiro-do-sul-regiao/noticia/2017/01/para-assumir-cargo-indigena-arrombou-portas-de-prefeitura-no-ac.html>

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Após vencer as eleições em Marechal Thaumaturgo (AC), o primeiro prefeito indígena da história da cidade, Isaac Piyãko, precisou recorrer a carpinteiros para arrombar as portas do gabinete e de outros setores da prefeitura para conseguir trabalhar. O ato foi uma medida extrema diante da falta de cooperação da gestão anterior, que não entregou as chaves do prédio nem os relatórios de transição. Além das barreiras físicas, Piyãko denunciou o abandono do patrimônio público, como veículos sucateados, e movimentações financeiras suspeitas nas contas municipais após o encerramento do mandato anterior, levando o caso à Delegacia e ao Ministério Público para garantir a legalidade do início de seu governo. Isso foi lamentável. Será que houve preconceito?

3. SITUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS POVOS INDÍGENAS DO ACRE E DE TARAUCÁ

3.1 Terras, Demografia e Economia

A realidade atual dos povos indígenas do Acre é marcada por avanços institucionais, fortalecimento cultural e protagonismo político, mas também por desafios persistentes relacionados à demarcação de terras, saúde, educação, violência e racismo estrutural. O município de Tarauacá, por abrigar algumas das maiores Terras Indígenas do estado, reflete de forma intensa essas contradições. Segundo o Censo 2022 do IBGE, o Acre possui 31.699 pessoas indígenas, representando 4,3% da população estadual. Tarauacá, por sua vez, é um dos municípios acreanos com maior população indígena, abrigando povos como os Huni Kuin (Kaxinawá), Yawanawá, Ashaninka, Shanenawa, Katukina, entre outros. Em Tarauacá, os indígenas compõem parcela significativa da população municipal, com forte concentração nas Terras Indígenas Riozinho do Alto Envira, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Nova Olinda e outras em processo de regularização. A autodeclaração cresceu nos últimos censos, reflexo do fortalecimento identitário e da superação do medo de discriminação.

O Censo Demográfico de 2022 revelou um aumento de 80,3% em relação ao Censo de 2010 na quantidade de pessoas que se autodeclararam indígenas no Acre. Esse crescimento não





se deve apenas ao aumento vegetativo, mas também a um fortalecimento da identidade étnica e a uma maior precisão na coleta de dados pelo IBGE em áreas de difícil acesso. O Acre também registrou um aumento de 40,3% no número de etnias presentes em seu território, passando de 57 em 2010 para 80 em 2022. As três maiores etnias em número de integrantes são a Huni Kuin (Kaxinawá), com 13.929 pessoas, a Kulina Madijá, com 2.288, e a Yaminawá, com 2.365 indivíduos. Além disso, o estado se destaca nacionalmente na preservação cultural, sendo a unidade da federação com a maior proporção de jovens indígenas que falam sua língua materna.

O IPEA (2023) aponta que, nacionalmente, 68% das terras indígenas demarcadas estão em regiões com alta pressão de desmatamento, sendo o Acre um dos estados com avanço significativo na proteção florestal vinculada a TIs. No entanto, o acesso a serviços básicos ainda é desigual. Conforme o Acre em Números (Seplan-AC, 2024), apenas 62% das aldeias indígenas do estado têm acesso permanente a água potável, e a taxa de alfabetização indígena na faixa de 15+ anos gira em torno de 74%, abaixo da média estadual (89%). Na saúde, a mortalidade infantil indígena no Acre ainda é 1,8 vezes superior à média não indígena, reflexo de barreiras geográficas, subfinanciamento da SESAI e dificuldades de logística fluvial. Apesar dos déficits, avanços são visíveis. A rede de educação escolar indígena no Acre conta com mais de 140 escolas específicas e diferenciadas, com professores indígenas formados em licenciaturas interculturais pela UFAC e em cursos de capacitação/aperfeiçoamento pelo IFAC. O Acre em Números destaca que 78% das comunidades indígenas do estado participam de projetos de manejo florestal ou agroecologia, gerando renda e reduzindo a pressão sobre a floresta.

O Acre em Números (2024) destaca que mais de 15% do território estadual é composto por Terras Indígenas, sendo muitas delas localizadas na região de Tarauacá/Envira/Juruá. Esses territórios são fundamentais não apenas para a sobrevivência física e cultural dos povos originários, mas também para a preservação ambiental. Estudos do IMAZON e do IPAM mostram que áreas indígenas são as que menos desmatam na Amazônia. Estampa o Censo 2022 do IBGE, que o Acre é o estado brasileiro com a segunda maior





proporção de população indígena, ficando atrás apenas de Roraima. Em Tarauacá, a presença indígena é ainda mais expressiva, com milhares de indivíduos distribuídos em diversas etnias, sobretudo dos troncos Pano e Aruak. É patente que “esses povos não estão mortos no passado brasileiro. Estão vivos, se (re)construindo todos os dias — etnogênese, evoluindo, erigindo cultura e saberes” (Teles, 2018, p. 294). Essa afirmação é fundamental para compreender o cenário atual: longe de serem grupos estáticos, os povos indígenas do Acre vivem processos dinâmicos de reafirmação identitária, reorganização política e reconstrução cultural.

O Acre possui 36 Terras Indígenas, totalizando mais de 2,3 milhões de hectares (FUNAI, 2024). Muitas delas estão localizadas na região de Tarauacá/Envira/Juruá, como: Terra Indígena Kaxinawá do Rio Jordão, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá, Terra Indígena Yawanawá do Rio Gregório, Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia e Terra Indígena Shanenawa do Envira. Esses territórios são reconhecidos como barreiras naturais ao desmatamento. Relatórios do IPAM (2023) mostram que áreas indígenas no Acre apresentam índices de desmatamento até 98% menores do que áreas não protegidas. Além disso, estudos do IMAZON (2024) indicam que Terras Indígenas são responsáveis por preservar mais de 30% das florestas intactas da Amazônia brasileira. Essas terras são reconhecidas como modelos de preservação ambiental e cultural.

Entretanto, a realidade cíclica das cheias dos rios traz desafios severos para as comunidades indígenas da região e suas terras. Em períodos de grandes alagações e transbordamentos dos rios locais, o cenário de subsistência é drasticamente afetado, porquanto as famílias enfrentam a perda irreparável de equipamentos de trabalho, artefatos ancestrais de valor inestimável e reservas de alimentos. Mais do que danos materiais, as enchentes devastam plantações inteiras e destroem bens essenciais à vida cotidiana na aldeia. Para compreender a gravidade desse impacto, vejamos a seguinte notícia:





Figura 2 – Reclamação de Indígenas no Acre por Políticas Públicas



Fonte: <https://ihu.unisinos.br/categorias/638535-indigenas-reclamam-de-abandono-depois-das-inundacoes-no-acre>

Tarauacá é um dos municípios com maior concentração indígena do estado. A população indígena cresceu 18% entre 2010 e 2022, demonstrando vitalidade demográfica. O crescimento populacional indígena no Acre contrasta com a redução observada em outras regiões do país, evidenciando a força das comunidades locais e a eficácia de políticas territoriais. A Economia indígena acreana é baseada na sustentabilidade, agricultura de subsistência, manejo florestal sustentável, artesanato, produção de grafismos, turismo cultural, uso ritualístico e medicinal de plantas, projetos de manejo de borracha e castanha entre outras perspectivas. Os povos Yawanawá, por exemplo, tornaram-se referência internacional em turismo espiritual e cultural, atraindo visitantes de diversos países para rituais, festivais e vivências. Os Ashaninka do Rio Amônia são reconhecidos por projetos de reflorestamento e manejo sustentável, premiados internacionalmente.

Tarauacá possui a quarta maior população do Acre, com 43.467 habitantes. Destes, 3.330 se autodeclararam indígenas pelo quesito de cor ou raça, e o total de indígenas (incluindo os que se consideram indígenas por outros critérios) chega a 3.775 pessoas, o que representa 8,7% da população municipal. O município é o segundo do Acre em concentração de terras indígenas. Segundo dados históricos, cerca de 9,8% da área de Tarauacá é composta



por territórios indígenas, abrigando dezenas de aldeias, predominantemente das etnias Huni Kuin e Jaminawa. Vejamos resumo demográfico de Tarauacá e sua regional:

Tabela 1: População indígena em municípios selecionados do Acre

Município	População Total	População Indígena	% Indígena
Acre (Estado)	830.018	31.699	3,8%
Tarauacá	43.467	3.775	8,7%
Feijó	35.426	4.436	12,5%
Jordão	9.222	4.115	44,6%

Fonte: IBGE, Censo 2022.

3.2 Educação, Saúde e Políticas Públicas

A educação indígena no Acre avançou significativamente nas últimas décadas, com a criação de escolas bilíngues e interculturais. No entanto, ainda enfrenta desafios estruturais. Segundo o Censo Escolar 2023, o Acre possui mais de 120 escolas indígenas. Tarauacá abriga algumas das maiores unidades educacionais indígenas do estado. A taxa de escolarização indígena aumentou, mas ainda é inferior à média estadual. A Lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena, é fundamental, mas sua implementação ainda é desigual. “Os educadores amazônicos precisam exercitar uma didática antirracista. A educação antirracista é poderosa sem igual medida e pode mudar o mundo” (Teles, 2017, p. 9). Os povos indígenas do Acre têm potencial para serem o que quiserem e estarem em qualquer lugar do mundo. Vejamos notícia sobre o indígena professor Joaquim Paulo de Lima Kaxinawá, que defendeu uma tese de doutorado em linguística na UnB e inaugurou uma nova era na linguística ao se tornar o primeiro indígena a sistematizar a gramática de sua própria





língua materna, o *Hãtxa Kuin*. Isso ajudou o povo Huni Kuin a passar a deter a caneta e a autoridade técnica para descrever sua própria existência.

Figura 3 – Indígena do Acre termina Doutorado na UNB



Foto: Júlia Seabra/UnB Agência

Fonte: <https://www.noticias.unb.br/117-pesquisa/3612-um-doutor-em-linguistica-uma-historia-de-luta>

Vejamos o exemplo do indígena Helinton Souza Kaxinawá, que estudou a graduação em Direito em uma Universidade particular no Acre, pelo Programa FIES e foi aprovado no Exame da OAB aos 24 anos:



Figura 4 – Indígena do Acre se torna Advogado

Acreano é o primeiro indígena Huni Kui a se tornar advogado: “Símbolo de superação”

Helinton Souza Kaxinawá tem 24 anos, e diz que tornar-se advogado foi a realização de um sonho

Por Vitor Pinho, ContilNet 29/01/2024 às 09:17



Fonte: <https://contilnetnoticias.com.br/2024/03/acreano-e-o-primeiro-indigena-huni-kuin-a-se-tornar-advogado-simbolo-de-superacao/>
<https://g1.globo.com/ac/acre/amazonia-que-eu-quero/noticia/2023/05/28/aprovado-na-oab-ac-indigena-se-emociona-ao-falar-da-conquista-defender-o-direito-do-meu-povo.ghtml>

Vejamos o exemplo de Solena Manchineri, indígena do Acre eleita pela Sociedade para ser Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Acre, por 2 anos. Em uma votação histórica, Soleane de Souza Brasil Manchineri foi eleita ouvidora-geral da Defensoria Pública do Acre para o biênio 2022/2024. Soleane FOI a primeira mulher indígena a assumir a titularidade de uma Ouvidoria da Defensoria Pública no Brasil. Com formação em História e





mestrado em Linguagem e Identidade, sua ascensão ao cargo simbolizou uma ruptura com o histórico de exclusão dos povos originários nos espaços de decisão e controle social.

Figura 5 – Indígena do Acre se torna Ouvidora Geral da DPE-AC

Dia Nacional dos Povos Indígenas: DPE/AC homenageia Soleane Manchineri, ouvidora-geral da instituição

Soleane é a primeira indígena a ocupar o cargo de ouvidora-geral em uma Defensoria Pública no Brasil

19/04/2023



Soleane é a primeira indígena a ocupar o cargo de ouvidora-geral em uma Defensoria Pública no Brasil. Foto: reprodução

Fonte: <https://defensoria.ac.def.br/noticias/919/>

[Dia Nacional dos Povos Indígenas DPEAC homenageia Soleane Manchineri ouvidorageral da instituicao](https://defensoria.ac.def.br/noticias/919/)

Vejamos mais uma notícia que ratifica serem os indígenas capazes de conquistar qualquer coisa, como qualquer ser humano. Após mais de duas décadas, a Universidade Federal do Acre (Ufac) registrou um marco histórico em 2025: a aprovação de dois estudantes indígenas no curso de Medicina. Este feito, que não ocorria desde o começo do curso, há 23 anos, é celebrado como uma vitória da representatividade e das políticas de inclusão. Para os novos acadêmicos, a conquista vai além do êxito pessoal, representando uma honra coletiva para seus povos e a esperança de fortalecer o atendimento à saúde dentro das comunidades tradicionais, rompendo barreiras históricas no acesso ao ensino superior de alta complexidade.





Além dessas conquistas acadêmicas e políticas, a trajetória dos povos indígenas no Acre é marcada por uma profunda resiliência diante das pressões territoriais e ambientais. Enquanto lideranças como Joaquim Kaxinawá e Soleane Manchineri ocupam espaços de saber e poder antes inacessíveis, as comunidades na base enfrentam o desafio contínuo de proteger suas terras contra invasões e o desmatamento. Esse movimento de "retomada" não é apenas geográfico, mas também simbólico e intelectual: ao documentarem suas próprias línguas e gerirem suas próprias instituições, os povos originários estão reescrevendo a história do estado, transformando o Acre em um laboratório vivo de interculturalidade onde o conhecimento ancestral e a ciência acadêmica finalmente começam a dialogar em pé de igualdade. Vejamos a notícia:

Figura 6 – Jovens Indígenas Acreanos passam para Medicina na UFAC



Angélica Machineri e Wesley Nawa são os dois primeiros indígenas acreanos a passar em medicina na Ufac — Foto: Arquivo pessoal

Fonte: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2025/06/25/pela-1a-vez-apos-23-anos-dois-indigenas-sao-aprovados-em-curso-de-medicina-da-ufac-grande-honra.ghml>

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma **Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)**





Quanto à saúde indígena no Acre, na região de Tarauacá é coordenada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Alto Rio Juruá, que atende Tarauacá. Dados do Ministério da Saúde (2024) mostram altas taxas de doenças infecciosas, dificuldades de acesso a atendimento especializado, carência de transporte fluvial e mortalidade infantil acima da média nacional.

A FIA Business School (2025), com base em dados do IBGE, afirma que populações indígenas enfrentam maior dificuldade de acesso à saúde, especialmente em regiões remotas. Políticas públicas são realizadas, mas alguns desafios institucionais persistem como: lentidão na demarcação de terras, invasões por madeireiros e caçadores, racismo institucional, falta de infraestrutura nas aldeias e subfinanciamento da educação indígena. A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), aduz que “os povos indígenas devem ser livres de toda forma de discriminação”. No entanto, notícias recentes mostram que violações continuam ocorrendo.

3.3 Racismo, Violência e Direitos Humanos

O racismo contra povos indígenas permanece como um dos maiores desafios no Acre e no Brasil. Segundo pesquisa do PoderData (2020), 81% dos brasileiros reconhecem que há racismo no país, mas apenas 34% admitem ter preconceito. Essa contradição revela o mito da “democracia racial”.

Notícias recentes (G1, 2023; Amazônia Real, 2024) relatam invasões de terras indígenas, ameaças a lideranças, conflitos com caçadores e madeireiros e contaminação de rios por garimpo. O Acre, embora menos afetado que estados como Amazonas e Roraima, enfrenta pressões crescentes. Vejamos exemplo de ataque aos indígenas do Acre:





Figura 7 – Terras Indígenas no Acre são invadidas por pecuaristas

Indígenas denunciam invasão de terras e uso de mata virgem para pasto no interior do Acre

De acordo com a denúncia, invasores estariam transformando a área de mata virgem em pasto, com a plantação de capim para alimentar o gado. Ibama e PF tem até 30 dias para fazer

Por **Wallace Gomes**, g1 AC — Rio Branco
24/10/2025 20h49 - Atualizado há 5 meses



Ver resumo



Fonte: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2025/10/24/indigenas-denunciam-invasao-de-terras-e-uso-de-mata-virgem-para-pasto-no-interior-do-acre.ghtml>

Apesar das violências, os povos indígenas do Acre têm se destacado por sua organização política. A União das Nações Indígenas do Acre (UNI-AC) e outras organizações atuam na defesa de direitos, na promoção cultural e na articulação com órgãos públicos. Essa articulação política se manifesta em uma luta que ultrapassa a proteção física do território, alcançando a esfera simbólica e institucional da identidade. Ao confrontarem o racismo estrutural que tenta invisibilizar suas pautas, os povos originários do Acre transformam a resistência em incidência direta nas políticas públicas, exigindo não apenas a fiscalização de suas terras, mas o respeito às suas formas próprias de vida e governança.

A atuação de organizações como a UNI-AC demonstra que a resposta à violência e à negação de direitos não é o isolamento, mas a ocupação estratégica de espaços de debate, onde a voz indígena deixa de ser tratada como um elemento do passado para se consolidar como peça fundamental no desenvolvimento sustentável e na justiça social do estado. Contudo, as violações aos direitos e à dignidade dos indígenas ainda não acabaram. Vejamos notícia sobre. A reportagem revela um cenário alarmante de exploração sexual e tráfico de mulheres e meninas dos povos Manchineri e Jaminawa na fronteira do Acre, marcado por uma





profunda invisibilidade institucional. Dados do Ministério Público e do Ministério da Justiça apontam que a maioria das vítimas são menores de idade — com casos envolvendo crianças de apenas quatro anos — e que o problema é mascarado pela ausência de recortes étnico-raciais nos registros oficiais e pelo aliciamento sob falsas promessas. Diante da omissão do Estado e da falta de fiscalização em pontos críticos da fronteira, as próprias comunidades indígenas acabam sobrecarregadas na busca por resgates, enfrentando redes criminosas que apagam sistematicamente a identidade das vítimas para dificultar sua localização. Observemos a notícia:

Figura 8 – Indígenas no Acre sofrem abusos e violações de direitos



Fonte: <https://juruonline.com.br/indigenas-sao-vitimas-de-exploracao-sexual-e-trafico-de-pessoas-na-triplice-fronteira/>

3.4 Cultura, Espiritualidade e Saberes Tradicionais

A cultura indígena no Acre constitui um dos mais ricos patrimônios imateriais do Brasil. Em Tarauacá, povos como os Huni Kuin, Yawanawá, Ashaninka, Shanenawa e Katukina preservam tradições milenares que articulam espiritualidade, arte, medicina





tradicional, cosmologia e modos de vida profundamente conectados à floresta. A obra de Lux Vidal (1997) destaca que os povos Pano possuem sistemas simbólicos complexos, expressos em grafismos corporais, cantos, rituais e narrativas míticas. Esses elementos não são meras expressões estéticas e constituem formas de conhecimento, memória e organização social. A espiritualidade indígena no Acre é marcada pelo uso ritualístico de plantas sagradas, como *Nixi pae* (ayahuasca) entre os Huni Kuin, *Uni* entre os Yawanawá e *Kamarâpi* entre os Ashaninka. Essas bebidas são consideradas instrumentos de cura, aprendizado e conexão com o mundo espiritual. Os rituais envolvem cantos (huni meka, uni txai), danças, pinturas corporais e narrativas míticas que reforçam a identidade coletiva.

A antropologia amazônica, representada por autores como Eduardo Viveiros de Castro e Philippe Descola, demonstra que a cosmologia indígena rompe com a separação ocidental entre natureza e cultura. Para esses povos, a floresta é um ser vivo, dotado de agência, espírito e intencionalidade. Os grafismos indígenas do Acre são reconhecidos internacionalmente. Entre os Huni Kuin, o *kene* (sistema de desenhos geométricos) representa: caminhos espirituais, narrativas míticas, relações sociais e proteção espiritual. Os Yawanawá, por sua vez, tornaram-se referência global em arte corporal, pintura, canto e festivais culturais, como o Festival Mariri, que atrai visitantes de diversos países. Essas expressões artísticas não são apenas manifestações culturais e sim também formas de resistência e afirmação identitária diante da colonização e do racismo. Os povos indígenas do Acre possuem vasto conhecimento sobre plantas medicinais, manejo florestal e práticas de cura. Estudos do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fiocruz mostram que comunidades indígenas detêm saberes fundamentais para tratamento de doenças infecciosas, cicatrização, controle de pragas e manejo sustentável da floresta. Os Ashaninka, por exemplo, são reconhecidos por projetos de reflorestamento e uso sustentável de espécies nativas, como o urucum, a copaíba e o jenipapo.

Os Huni Kuin, ou "Gente Verdadeira", são o povo indígena mais numeroso do Acre e têm uma presença marcante em Tarauacá. Sua cosmovisão xamânica é profundamente conectada à floresta, onde os seres espirituais (*yuxin*) não são vistos como sobrenaturais, mas como parte integrante da natureza e da experiência humana (Buala, 2024). A história recente





dos Huni Kuin é um exemplo de resistência. Após décadas de fragmentação e exploração nos seringais, eles iniciaram um forte movimento de retomada cultural e territorial a partir do final do século XX. Hoje, além de lutarem pela demarcação e proteção de suas terras, os Huni Kuin se destacam na valorização de sua arte, seus cantos tradicionais e na inserção de jovens nas universidades, formando uma nova geração de lideranças que transitam entre os saberes ancestrais e o conhecimento acadêmico.

4. CONTEXTO ATUAL E CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS PARA O ACRE E O BRASIL

A presença indígena no Acre não é apenas histórica, mas estruturante. Esses povos desempenham papéis fundamentais em diversas áreas. O cenário atual, embora de renascimento cultural (etnogênese), ainda apresenta desafios estruturais. Segundo o Censo IBGE 2022, o Brasil atingiu 1,7 milhão de pessoas indígenas. No Acre, a população indígena cresceu significativamente, com Tarauacá abrigando uma das maiores concentrações do estado. Dados da FIA Business School e PoderData indicam que populações indígenas enfrentam maior dificuldade de acesso a serviços de saúde. A Declaração da ONU de 2007, reconhecida pelo Brasil, estabelece que esses povos devem ser livres de qualquer discriminação. Os povos indígenas em Tarauacá estão vivos, construindo saberes diariamente. Sua existência é um privilégio para a modernidade, representando um patrimônio cultural que deve ser fomentado e respeitado.

Relatórios do IPAM (2023) e do IMAZON (2024) mostram que Terras Indígenas são as áreas mais preservadas da Amazônia. No Acre, Terras Indígenas apresentam 98% menos desmatamento do que áreas não protegidas. Os povos originários são responsáveis por preservar mais de 30% das florestas intactas do estado. Isso significa que os povos indígenas são protagonistas na luta contra as mudanças climáticas. O Acre abriga mais de 15 línguas indígenas, entre elas: Hãtxa Kuin (Huni Kuin), Yawanawá, Ashaninka, Shanenawa, Katukina e Jaminawa. Essas línguas carregam cosmologias, histórias e conhecimentos únicos. Teles (2018) destaca que a preservação das línguas indígenas é essencial para a manutenção da





memória e da identidade dos povos amazônicos. Apesar dos avanços no reconhecimento identitário, a população indígena do Acre enfrenta desafios persistentes. A violência e os conflitos fundiários continuam a ser uma realidade alarmante. Relatórios do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) apontam que, em 2024, o Acre registrou quatro conflitos em terras indígenas e três assassinatos de indígenas. As invasões de terras por posseiros, madeireiros e pecuaristas representam uma ameaça constante aos direitos territoriais e à preservação ambiental.

Na área da educação, a infraestrutura das escolas indígenas frequentemente reflete a negligência estatal. Em 2025, o Ministério Público Federal (MPF) abriu um inquérito civil para investigar a precariedade da Escola Estadual São José I, localizada na Aldeia São Vicente, Terra Indígena Rio Humaitá, em Tarauacá. A denúncia relatou paredes quebradas, goteiras, falta de cadeiras e banheiros em condições precárias, evidenciando a necessidade urgente de investimentos na educação escolar indígena. Malgrado isso, os povos indígenas do Acre têm desenvolvido modelos inovadores de economia sustentável, como turismo cultural, manejo de borracha e castanha, produção de artesanato, exportação de arte e grafismos, projetos de reflorestamento e festivais culturais. Os Yawanawá, por exemplo, estabeleceram parcerias internacionais para comercialização de arte e para realização de intercâmbios culturais. Há, ainda, um vasto protagonismo político. O movimento indígena acreano é um dos mais organizados do Brasil. Organizações como UNI-AC (União das Nações Indígenas do Acre), APIWTXA (Associação Ashaninka do Rio Amônia) e Organização dos Professores Indígenas do Acre atuam na defesa de direitos, na formulação de políticas públicas e na promoção cultural. Nas regiões de Marechal Thaumaturgo, Santa Rosa do Purus, Jordão e Porto Walter muitos indígenas já ocuparam e ainda ocupam cargos políticos importantes, inclusive de vereador e prefeito.

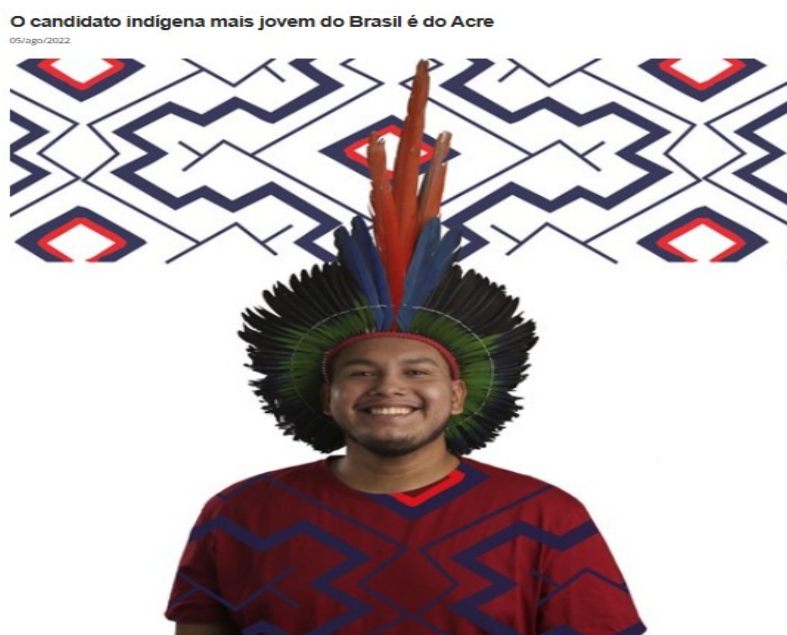
Como exemplo, lembramos do líder indígena Junior Manchineri, que em 2022, com apenas 21 anos, foi candidato a Deputado Estadual no Acre. Não venceu, mas tornou-se, em 2023, Coordenador Regional da FUNAI no Acre (Região Alto Acre-Purus). Junior Manchineri, pertencente ao povo Manchineri da Terra Indígena Mamoadate, emergiu como





uma figura histórica no cenário político brasileiro. Em 2022, aos 21 anos, ele se tornou o candidato mais jovem do Brasil e o primeiro indígena do Acre a disputar uma vaga de Deputado Estadual, representando a Federação PSOL/REDE. Sua atuação é pautada pela defesa da Amazônia, dos direitos territoriais e da representatividade dos povos originários nos espaços de poder. Em 2023, sua trajetória ganhou um novo capítulo administrativo e institucional ao ser nomeado Coordenador Regional da Funai em Rio Branco (AC). Nessa função, ele assumiu a responsabilidade de gerir as políticas indigenistas do governo federal na região, focando na proteção das comunidades e na promoção da autonomia indígena. Vejamos notícia:

Figura 9 – Indígena candidato a Dep. Estadual no Acre



Fonte: <https://apiboficial.org/2022/08/05/o-candidato-indigena-mais-jovem-do-brasil-e-do-acre/>
<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/junior-manchineri-e-o-novo-coordenador-da-funai-em-rio-branco-ac>

A defesa dos territórios tradicionais é o eixo central da resistência indígena contemporânea em Tarauacá. Nos últimos anos, operações do IBAMA e da FUNAI coibiram



a extração ilegal de madeira e a mineração artesanal em áreas protegidas. Em 2024, a cobertura da Amazônia Real e da Agência Brasil registrou a retomada de áreas invadidas por madeireiros nas margens do rio Tarauacá, com participação direta de guardiões indígenas e uso de drones e georreferenciamento comunitário. As mulheres indígenas têm ganhado protagonismo. Lideranças como as guerreiras Huni Kuin e as professoras Ashaninka articulam redes de cuidados, medicina tradicional e transmissão oral. A Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), ratificada pelo Brasil, é frequentemente invocada por organizações locais para exigir consulta prévia, livre e informada antes de empreendimentos que afetem seus territórios. A cosmovisão indígena não separa natureza e cultura. O conhecimento tradicional sobre ciclos de plantio, manejo de igapós, uso de cipós medicinais e rotação de roçados é hoje reconhecido pela ciência como crucial para a mitigação das mudanças climáticas. Em Tarauacá, festivais como o Yuxin (Huni Kuin) e as trocas de sementes entre aldeias reforçam a coesão comunitária e a soberania alimentar. A língua é vetor de identidade. O huni kuin, o asháninka e o pano são ensinados nas escolas e registrados em materiais didáticos produzidos por professores indígenas. A literatura oral, os cantos de cura (nixi pae) e a arte gráfica (kenê) são patrimônio vivo que desafia a homogeneização cultural e inspira novas gerações de artistas, pesquisadores e ativistas.

Apesar dos avanços, os povos indígenas de Tarauacá enfrentam ameaças persistentes, como grilagem, desmatamento ilegal, contaminação de rios por lixo urbano, violência contra lideranças e desmonte de políticas de proteção. A criminalização de defensores ambientais e a lentidão na regularização de terras são barreiras estruturais. Contudo, o futuro se constrói com alianças. Parcerias com universidades e institutos (UFAC, IFAC), cooperativas de manejo, fundos climáticos internacionais e a implementação efetiva da Lei 14.759/2023 (que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos dos Povos Indígenas) apontam para caminhos de autonomia e desenvolvimento sustentável ainda maiores na região. A educação antirracista, prevista nas Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, deve ser ampliada para incluir a história indígena de forma não folclórica, reconhecendo-a como parte indissociável das identidades acreanas.





Os autores do presente texto elaboraram um pequeno *Site* com um resumo do que foi exposto no artigo, a fim de divulgar a história e a importância dos indígenas do Acre e de Tarauacá. Veja-se:

Figura 10 – Site sobre os Povos Indígenas do Acre

<https://acrepovos-umq9zen5.manus.space/>

SITE/PUBLICAÇÃO



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória dos povos indígenas do Acre e de Tarauacá é uma narrativa complexa de sobrevivência e adaptação. Os dados do Censo 2022 e do *Acre em Números* comprovam que a população indígena está crescendo e reafirmando sua identidade. No entanto, os indicadores sociais e os relatos de violência demonstram que a garantia plena de seus direitos constitucionais ainda é uma obra inacabada. Valorizar a importância histórica e cultural dos povos originários é o primeiro passo para a construção de uma sociedade acreana verdadeiramente justa e inclusiva. Os povos indígenas do Acre e de Tarauacá não são vítimas passivas da história, mas arquitetos ativos de sua própria existência. Sua resistência garantiu a preservação de milhões de hectares de floresta, a manutenção de saberes milenares e a defesa de um modelo de convivência não predatória com a natureza. Valorizá-los significa reconhecer que a diversidade étnica é o alicerce da justiça social e da sustentabilidade





amazônica. Cabe à sociedade, ao Estado e às instituições de ensino honrar a herança dos povos indígenas com respeito, reparação e ações concretas.

Como visto, o Acre possui cerca de 31 mil indígenas. Aproximadamente 15% do território estadual é terra indígena. Tarauacá possui significativa população indígena rural. Ainda assim, dados do IPEA e “Acre em Números” indicam baixo acesso a saneamento básico em aldeias, índices de mortalidade infantil superiores à média nacional e forte dependência de políticas públicas. Isso precisa mudar/acabar. Os povos indígenas do Acre são protagonistas de práticas sustentáveis, sendo experts em manejo florestal tradicional, uso medicinal da biodiversidade, implementação de sistemas agroflorestais, sendo responsáveis por preservação de vastas áreas da Amazônia e manutenção de conhecimentos ancestrais. Apesar dos avanços legais (Constituição de 1988), persistem desafios, como invasões territoriais, pressões do agronegócio e grileiros, dificuldades no acesso à educação diferenciada e um racismo estrutural. A Constituição Federal de 1988 eliminou grande parte da superficialidade tuteladora do Estatuto do Índio (Lei 6.001/1973), bem como a Convenção 169 da OIT é uma potência na descrição de direitos indígenas. Entretanto, há uma lacuna entre legislação e implementação. Os povos indígenas têm grandes coisas a nos ensinar.

Eles agudamente protegem a biodiversidade, produzem conhecimento científico alternativo e desafiam modelos predatórios de desenvolvimento. Sua existência é central para o futuro da Amazônia e do planeta. Os povos indígenas de Tarauacá e do Acre não são apenas parte da história, pois são agentes ativos do presente e do futuro. São construtores da história do Acre. Reconhecer sua importância implica não apenas valorização cultural, mas transformação estrutural da sociedade brasileira. Diante desse cenário, a superação dos abismos sociais que ainda segregam as aldeias acreanas exige que o Estado deixe de enxergar os povos originários apenas como beneficiários de assistência para reconhecê-los como consultores estratégicos do desenvolvimento regional. A efetivação de direitos básicos, como o saneamento e a saúde especializada, não deve ser vista como uma concessão, mas como o pagamento de uma dívida histórica com aqueles que, por meio de seus sistemas agroflorestais e manejo ancestral, mantêm o equilíbrio climático do qual toda a sociedade depende.





Portanto, fechar a lacuna entre a letra da lei e a realidade das terras indígenas significa, na prática, descentralizar investimentos e garantir que a autonomia dos povos de Tarauacá e de todo o Acre seja respeitada, permitindo que sua sabedoria milenar continue a ser o escudo mais eficiente contra a destruição da Amazônia.

Os indígenas acreanos desejam atuar junto com o estado do Acre. Não querem apenas ser adjuvados, receber alimentos e atendimentos médicos. Querem agir, trabalhar em prol dos seus povos, atuar, falar, participar. A análise histórica e contemporânea dos povos indígenas do Acre, com foco em Tarauacá, revela-nos um cenário de profunda resistência, vitalidade cultural e protagonismo político. Apesar das violências históricas, como genocídios, escravização, expulsão territorial e racismo, esses povos mantiveram vivas suas línguas, rituais, cosmologias e modos de vida. “A existência dos povos indígenas é uma honra, um privilégio para os seres humanos ditos ‘modernos’” (Teles, 2018, p. 294). Hoje, os povos indígenas do Acre desempenham papéis essenciais na preservação ambiental, na defesa da Amazônia, na produção cultural e na construção de alternativas sustentáveis para o futuro. Entretanto, persistem desafios estruturais relacionados à demarcação de terras, invasões e violência, racismo institucional, precariedade na saúde e educação e pressões econômicas sobre territórios. Superar esses desafios exige políticas públicas eficazes, respeito à autonomia indígena e valorização de seus saberes. A história dos povos indígenas de Tarauacá não é apenas parte do passado, mas um elemento vivo que molda o presente e aponta caminhos para um futuro mais justo, sustentável e plural. Para o leitor conhecer mais sobre os povos indígenas de nossa nação, recomendamos leitura de documentos da Funai: <https://www.gov.br/funai/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/outras-publicacoes>.

REFERÊNCIAS

AC24HORAS. **Censo do IBGE aponta aumento de etnias e línguas indígenas no Acre.** Rio Branco, out. 2025. Disponível em: <https://ac24horas.com/2025/10/25/censo-do-ibge-mostra-aumento-no-numero-de-etnias-e-linguas-indigenas-no-acre/>. Acesso em: 20 abr. 2026.





AC24HORAS. **MPF abre inquérito para apurar precariedade em escola indígena de Tarauacá.** Rio Branco, jul. 2025. Disponível em: <https://ac24horas.com/2025/07/17/mpf-abre-inquerito-para-apurar-precariedade-em-escola-indigena-de-tarauaca/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ADUNESP. **Racismo e desigualdade traduzidos em números:** rendimento da população negra é metade da branca. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://adunesp.org.br/noticias/racismo-e-desigualdade-traduzidos-em-numeros-rendimento-da-populacao-negra-e-metade-da-branca>. Acesso em: 20 abr. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Educação escolar indígena ganha força no Acre com formação de professores nativos.** Brasília, ago. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-08/educacao-escolar-indigena-ganha-forca-no-acre-com-formacao-de-professores-nativos>. Acesso em: 20 abr. 2026.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **Acre apresenta crescimento de 40,3% no número de etnias e destaca-se nacionalmente na preservação da língua materna indígena entre os jovens.** Rio Branco, out. 2025. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/acre-apresenta-crescimento-de-403-no-numero-de-etnias-e-destaca-se-nacionalmente-na-preservacao-da-lingua-materna-indigena-entre-os-jovens/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. **População indígena do Acre cresce mais de 80% em 12 anos e criação da Sepi reforça políticas públicas afirmativas.** Rio Branco, jan. 2024. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/populacao-indigena-do-acre-cresce-mais-de-80-em-12-anos-e-criacao-da-sepi-reforca-politicas-publicas-afirmativas/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

A GAZETA DO ACRE. **Acre registrou quatro conflitos em terras indígenas em 2024, diz relatório do Cimi.** Rio Branco, ago. 2025. Disponível em: <https://agazetadoacre.com/2025/08/noticias/geral/acre-registrou-quatro-conflitos-em-terras-indigenas-em-2024-diz-relatorio-do-cimi/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

AMAZÔNIA REAL. **Lideranças indígenas retomam áreas invadidas no vale do Tarauacá.** Manaus, 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/liderancas-indigenas-retomam-areas-invadidas-no-vale-do-tarauaca/>. Acesso em: 20 abr. 2026.





BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 20 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm.

Acesso em: 20 abr. 2026.

BUALA. **As Cosmovisões Huni Kuin**. [S.l.], [2024]. Disponível em:

<https://www.buala.org/pt/da-fala/as-cosmoviso-es-huni-kuin>. Acesso em: 20 abr. 2026.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2015.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Situação Fundiária das Terras Indígenas no Acre**. Brasília: FUNAI, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/terras-indigenas>. Acesso em: 20 abr. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>.

Acesso em: 20 abr. 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama - Tarauacá (AC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/tarauaca/panorama>.

Acesso em: 20 abr. 2026.



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **SAD: Sistema de Alerta de Desmatamento**. Belém: Imazon, 2024. Disponível em: <https://imazon.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO ETHOS. **Portal de Informações**. São Paulo: Ethos, 2026. Disponível em: <https://www.ethos.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. **Relatórios ambientais e desmatamento em Terras Indígenas**. Brasília: IPAM, 2023. Disponível em: <https://ipam.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de Pesquisa: Territórios Indígenas e Conservação Ambiental na Amazônia**. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

JORNAL GGN. **Tarauacá, cidade acreana e seus mais de 100 anos**. Setembro de 2014. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/tarauaca-cidade-acreana-e-seus-mais-de-100-anos/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

LIMA, Ramon Nere de. Temporalidades e resistência(s): uma análise histórica dos povos originários do/no Acre (Brasil). **Revista de História da UEG**, v. 13, 2024. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/15224>. Acesso em: 20 abr. 2026.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Genebra: ONU, 2007. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 20 abr. 2026.

PODER360. **81% veem racismo no Brasil, mas só 34% admitem preconceito contra negros**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/81-veem-racismo-no-brasil-mas-so-34-admitem-preconceito-contranegros/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

SEPLAN-AC. **Acre em Números 2024**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento, 2024. Disponível em: <https://www.seplan.ac.gov.br/acre-em-numeros/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.4 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





TELES, Tayson Ribeiro. PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA À LUZ DO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO. In: Juliano Bitencourt CAMPOS; Marian Helen da Silva Gomes RODRIGUES; Marcos César Pereira SANTOS. (Org.). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**: educação contextualizada/Arqueologia e diversidade (volume III). 1ed.Criciúma -SC: Ediunec, 2018, v. III, p. 278-298.

VIDAL, Lux (Org.). **Grafismo indígena**: estudos de antropologia estética. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/EDUSP, 1992.

Artigo escrito no âmbito do **Projeto de Pesquisa** “DIVERSIDADE NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL BRASILEIRA-ACREANA: A HISTÓRIA E O CONTEXTO ATUAL DOS POVOS INDÍGENAS E DA POPULAÇÃO NEGRA DE/EM TARAUCÁ-ACRE”, institucionalizado no IFAC, por meio do Processo SEI 23843.001536/2025-92.

Recebido em: 20/04/2026

Aprovado em: 22/04/2026

Publicado em: 24/04/2026

